



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

TERMO DE REFERÊNCIA

**PARA A CONTRATAÇÃO E REGISTRO DE
PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO E/OU PAVIMENTAÇÃO.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.

Assim, o presente documento configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento da demanda indicada.

2. DO OBJETO

Diante da constante necessidade de manutenção e conservação das estradas de rodagem, pontes, redes pluviais, praças e estabelecimentos públicos, se faz necessária a aquisição de materiais de construção e pavimentação, sendo que, conforme estudo prévio em atenção às demandas existentes e uso em anos anteriores, ficam delimitados os seguintes itens nas seguintes quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QUANT. ESTIMADA
01	Lajota sextavada de concreto 25x25x08 35 mpa – Lajota sextavada de concreto 25x25x08 35 mpa	UND	175.000
02	Meio-fio de concreto de 100 x 30 x 10 cm - Meio-fio de concreto de 100 x 30 x 10 cm	UND	10.000
03	Paver 20x10x08 - 35 mpa - Paver 20x10x08 - 35 mpa	M²	1.000
04	Calha de concreto D= 0,40 m classe MF PS-1	UND	700
05	Tubo de concreto D= 0,30 m classe MF PS-1	UND	1.000
06	Tubo de concreto D= 0,40 m classe MF PS-1	UND	1.000
07	Tubo de concreto D= 0,60 m classe MF PS-1	UND	1.200
08	Tubo de concreto D= 0,80 m classe MF PS-1	UND	1.000
09	Tubo de concreto D= 0,60 m classe MF PA-1	UND	1.000
10	Tubo de concreto D= 0,80 m classe MF PA-1	UND	700
11	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PS-1	UND	700
12	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PA-1	UND	700
13	Tubo de concreto D= 1,20 m classe MF PA-1	UND	200
14	Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-1 - Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-1	UND	100
15	Galeria 2,00 x 2,00 (interno) x 1,50 m de comprimento/espessura 15 cm.	ML	100
16	Galeria 2,50 x 2,50 (interno) x 1,25 m de comprimento mínimo, espessura mínima de 15 cm.	ML	50
17	Areia grossa lavada - areia grossa lavada - isenta de impurezas e matéria orgânica, cujos grãos apresentam diâmetro entre 2 milímetros e 4 milímetros.	M³	7.000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

18	Areia fina lavada - Areia fina lavada - isenta de impurezas e matéria orgânica, cujos grãos apresentam diâmetro que variam de 0,05 milímetros e 0,42 milímetros.	M³	300
19	Bica corrida, composição de pedra britada, pedrisco e pó-de-pedra, faixa granulométrica :2,16mm a 50,0mm, com densidade aproximada de 1,67t/m³.	M³	7.000
20	Massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, em tonelada - Massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, em tonelada	T	350
21	Pedra Pulmão (Acima de 4" máximo 10") - Pedra Pulmão (Acima de 4" máximo 10")	M³	2.500
22	Saibro areado (alteração de granito) - Saibro areado (alteração de granito)	M³	5.000
23	Pó de brita (abaixo de 7 mm) - Pó de brita (abaixo de 7 mm)	M³	5.000
24	Pedrisco - pedra britada tipo brita número 0, - Pedrisco - pedra britada tipo brita número 0, granulação de 4,8 a 9,5 mm.	M³	500
25	Concreto Fck 15 MPA sem Bomba	M³	1500
26	Malha pop reforçada de ferro 4.2mm 20x20 cm, 2x3 metros	UND	2500

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

Considerando que o objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado (art. 29, da Lei n. 14.133/2021), e que o art. 193 do Decreto Municipal n. 8.519/2023 dispõe que as licitações no Poder Executivo Municipal serão realizadas preferencialmente na forma eletrônica, o processo licitatório será o pregão eletrônico.

Já a respeito do pregão, o art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal n. 14.133/2021 dispõe que o seu "critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto", optando-se, no presente caso, pelo critério de menor preço.

Sugere-se, ademais, a utilização do critério de julgamento menor preço por item, tendo em vista que limitar o fornecimento de tamanha diversidade de itens em apenas um fornecedor pode limitar a competitividade e consequente busca pelo melhor preço.

Tratando-se da aquisição, por órgãos e entidades do município, de uma diversidade de itens para atendimento de suas demandas internas, imediatas ou não, as quais podem variar em quantidade no decorrer do tempo, verifica-se que, para a mais adequada satisfação da demanda apresentada, em termos quantitativos e temporais, torna-se imperiosa a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

Aplica-se integralmente o direito de preferência a micro e pequena empresa, conforme Lei Complementar n. 123/2006.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País – inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

É necessário manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador.

4.1. Requisitos negativos:

4.1.1. Não poderão disputar essa licitação:

4.1.1.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.1.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

- 4.1.1.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.1.1.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.1.1.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.1.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.1.1.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.1.1.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.1.1.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.1.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.3. O impedimento de que trata o item 4.1.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.1.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.1.1.2 e 4.1.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.1.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico
- 4.1.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Requisitos de Habilitação jurídica

- 4.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 4.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 4.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

- 4.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 4.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 4.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 4.2.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 4.2.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 4.2.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.3. Requisitos de Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.4. Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira

- 4.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

- 4.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 4.4.3. **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- 4.4.4. Comprovação dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

OBS: Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 69 da Lei 14.133/21

- 4.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 4.4.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 4.4.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 4.4.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 4.4.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 4.4.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.5. Requisitos de Qualificação Técnica

- 4.5.1. Apresentar relatório de ensaio da massa por laboratório credenciado pelo INMETRO, de acordo com as normas do DNIT e NBR, de acordo com as especificações do produto constante no Anexo I (somente para o item 20).

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 225 do Decreto Municipal 8.519/2023

A contratação decorrente desta licitação poderá, se necessário, ser formalizada mediante contrato com as condições previstas na minuta em anexo ao processo, ou documento equivalente a ser firmado com o licitante vencedor

O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual, limitada ao prazo de 1 (um) ano prorrogável até o limite de 05 (cinco) anos, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

A prorrogação é condicionada, ainda, ao ateste pelo gestor do contrato de que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração.

A contratação com o fornecedor registrado na Ata de Registro de Preço, será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de Instrumento Contratual, emissão de Nota de Empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. MODELO DE GESTÃO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

As solicitações de fornecimento deverão ser subscritas pelo Secretário de Obras.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO;

O fornecimento do material deverá ser efetuado de forma fracionada conforme solicitação subscrita pelo Secretário de Obras, sendo que após a solicitação, a empresa contratada terá o prazo de 24h para fornecer o que foi solicitado no local a ser indicado, dentro do território de Santo Amaro da Imperatriz, conforme necessidade.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

Ao fornecimento do objeto em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

Para os Itens **1, 2, 3 e 4 (Lajota, meio-fio, paver e calha)** deverão ser entregues nos locais **indicados** pela Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, dentro do território do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, acondicionados em paletes e descarregados com caminhão equipado com braço hidráulico de forma a assegurar a conservação dos materiais durante o carregamento, transporte e descarregamento e evitar a perda/desperdício.

Os demais itens também deverão ser entregues nos locais indicados pela Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos dentro do território do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, sem critérios específicos para entrega desde que evitada a perda/desperdício e assegurada sua conservação.

Materiais perdidos em razão da má alocação pela empresa contratada deverão ser repostos sem cobranças excedentes.

A contratada deverá disponibilizar operador, e oferecer todas as condições para o funcionamento dos equipamentos.

Caberá à empresa contratada cumprir as Portarias, Ordens de Serviço e Resoluções do Município, e ainda responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município, ao meio ambiente, ou a terceiros por sua culpa ou dolo, bem como indenizar imediatamente os que eventualmente venha causar.

Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal, serão da exclusiva responsabilidade da empresa contratada, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município de Santo Amaro da Imperatriz.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto será recebido provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, e definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se darão em até 02 (dois) dias do recebimento provisório, reputando-se como realizada caso não seja procedida dentro do prazo fixado.

Todos os custos relacionados à execução do objeto correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

Todo e qualquer requerimento da contratada para o Município deverá se dar mediante protocolo no Setor de Protocolos ou Cidadão Web, com menção expressa ao processo licitatório em questão, sendo que, eventuais comunicações do Município para com a contratada se darão por intermédio de ofício, também expressamente vinculado ao processo licitatório em questão, a ser dirigido para o endereço eletrônico que será indicado pela contratada em sua proposta.

A contagem/quantificação das horas efetivamente trabalhadas/prestadas será feita diariamente e diretamente no local de trabalho, através da aferição do horímetro do equipamento e ou hora certa de início e término e posterior emissão de planilha, também diária, devidamente assinada pelo Secretário de Obras e responsável/operador/motorista da contratante.

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

10.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

10.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.6. Fraudar a licitação

10.7. Caso não executar o total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.8. Com fulcro na lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.8.1. Advertência;

10.8.2. Multa;

10.8.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.8.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto

10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.9.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.10.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.10.2. Para as infrações previstas nos itens 10.4 e 10.5 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.12. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.14. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.

10.15. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

10.16.A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.

10.17.Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.18.Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.19.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.20.A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução desta aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária:

04.001.2054.3390.30.51 (35.1.501.7000.000)

04.001.1056-4490-51.91- (32.1.501.7.000.000)

12. FORMA DE PAGAMENTO

O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.

Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica.

15. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

01	Lajota sextavada de concreto 25x25x08 35 mpa – Lajota sextavada de concreto 25x25x08 35 mpa
02	Meio-fio de concreto de 100 x 30 x 10 cm - Meio-fio de concreto de 100 x 30 x 10 cm
03	Paver 20x10x08 - 35 mpa - Paver 20x10x08 - 35 mpa
04	Calha de concreto D= 0,40 m classe MF PS-1
05	Tubo de concreto D= 0,30 m classe MF PS-1
06	Tubo de concreto D= 0,40 m classe MF PS-1
07	Tubo de concreto D= 0,60 m classe MF PS-1
08	Tubo de concreto D= 0,80 m classe MF PS-1
09	Tubo de concreto D= 0,60 m classe MF PA-1
10	Tubo de concreto D= 0,80 m classe MF PA-1
11	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PS-1
12	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PA-1
13	Tubo de concreto D= 1,20 m classe MF PA-1
14	Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-1 - Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-1
15	Galeria 2,00 x 2,00 (interno) x 1,50 m de comprimento/espessura 15 cm.
16	Galeria 2,50 x 2,50 (interno) x 1,25 m de comprimento mínimo, espessura mínima de 15 cm.
17	Areia grossa lavada - areia grossa lavada - isenta de impurezas e matéria orgânica, cujos grãos apresentam diâmetro entre 2 milímetros e 4 milímetros.
18	Areia fina lavada - Areia fina lavada - isenta de impurezas e matéria orgânica, cujos grãos apresentam diâmetro que variam de 0,05 milímetros e 0,42 milímetros.
19	Bica corrida, composição de pedra britada, pedrisco e pó-de-pedra, faixa granulométrica :2,16mm a 50,0mm, com densidade aproximada de 1,67t/m³.
20	Massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, em tonelada - Massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, em tonelada
21	Pedra Pulmão (Acima de 4" máximo 10") - Pedra Pulmão (Acima de 4" máximo 10")
22	Saibro areado (alteração de granito) - Saibro areado (alteração de granito)
23	Pó de brita (abaixo de 7 mm) - Pó de brita (abaixo de 7 mm)
24	Pedrisco - pedra britada tipo brita número 0, - Pedrisco - pedra britada tipo brita número 0, granulação de 4,8 a 9,5 mm.
25	Concreto Fck 15 MPA sem Bomba
26	Malha pop reforçada de ferro 4.2mm 20x20 cm, 2x3 metros

16. QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QUANT. ESTIMADA
01	Lajota sextavada de concreto 25x25x08 35 mpa – Lajota sextavada de concreto 25x25x08 35 mpa	UND	175.000
02	Meio-fio de concreto de 100 x 30 x 10 cm - Meio-fio de concreto de 100 x 30 x 10 cm	UND	10.000
03	Paver 20x10x08 - 35 mpa - Paver 20x10x08 - 35 mpa	M²	1.000
04	Calha de concreto D= 0,40 m classe MF PS-1	UND	700
05	Tubo de concreto D= 0,30 m classe MF PS-1	UND	1.000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

06	Tubo de concreto D= 0,40 m classe MF PS-1	UND	1.000
07	Tubo de concreto D= 0,60 m classe MF PS-1	UND	1.200
08	Tubo de concreto D= 0,80 m classe MF PS-1	UND	1.000
09	Tubo de concreto D= 0,60 m classe MF PA-1	UND	1.000
10	Tubo de concreto D= 0,80 m classe MF PA-1	UND	700
11	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PS-1	UND	700
12	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PA-1	UND	700
13	Tubo de concreto D= 1,20 m classe MF PA-1	UND	200
14	Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-1 - Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-1	UND	100
15	Galeria 2,00 x 2,00 (interno) x 1,50 m de comprimento/espessura 15 cm.	ML	100
16	Galeria 2,50 x 2,50 (interno) x 1,25 m de comprimento mínimo, espessura mínima de 15 cm.	ML	50
17	Areia grossa lavada - areia grossa lavada - isenta de impurezas e matéria orgânica, cujos grãos apresentam diâmetro entre 2 milímetros e 4 milímetros.	M³	7.000
18	Areia fina lavada - Areia fina lavada - isenta de impurezas e matéria orgânica, cujos grãos apresentam diâmetro que variam de 0,05 milímetros e 0,42 milímetros.	M³	300
19	Bica corrida, composição de pedra britada, pedrisco e pó-de-pedra, faixa granulométrica :2,16mm a 50,0mm, com densidade aproximada de 1,67t/m³.	M³	7.000
20	Massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, em tonelada - Massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, em tonelada	T	350
21	Pedra Pulmão (Acima de 4" máximo 10") - Pedra Pulmão (Acima de 4" máximo 10")	M³	2.500
22	Saibro areado (alteração de granito) - Saibro areado (alteração de granito)	M³	5.000
23	Pó de brita (abaixo de 7 mm) - Pó de brita (abaixo de 7 mm)	M³	5.000
24	Pedrisco - pedra britada tipo brita número 0, - Pedrisco - pedra britada tipo brita número 0, granulação de 4,8 a 9,5 mm.	M³	500
25	Concreto Fck 15 MPA sem Bomba	M³	1500
26	Malha pop reforçada de ferro 4.2mm 20x20 cm, 2x3 metros	UND	2500

17. CRITÉRIO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no site <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 28 de agosto de 2024.

Eder Martins de Souza
Assessor de Planejamento